

ATA Nº 09/2012

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO, REALIZADA NO DIA DOZE DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E DOZE. -----

Aos doze dias do mês de dezembro do ano dois mil e doze, reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal de Ílhavo no Salão Nobre dos Paços do Município, destinada à análise dos seguintes pontos da Ordem do Dia: -----

----**Ponto 1 - Apreciação e Votação da Proposta de alteração aos Regulamentos Internos dos Cais de Pescadores da Costa Nova e da Mota;** -----

Ponto 2 - Apreciação e Votação da Proposta da Nova Estrutura Orgânica da Câmara Municipal de Ílhavo (aplicação da Lei n.º49/2012 de 29 de agosto); -----

Ponto 3 - Apreciação e Votação das Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal para o ano 2013; -----

Ponto 4 - Apreciação e Votação da autorização prévia e autorização prévia genérica no âmbito da Lei dos Compromissos; -----

-----**Ponto 5 - Apreciação e Votação da Segunda Revisão das Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Ílhavo para 2012;** -----

COMPOSIÇÃO DA MESA: A mesa ficou constituída pelo seu Presidente António Neves Vieira, pelo primeiro secretário, Carlos Sarabando e pela segunda secretária Maria do Rosário Silva. -----

PRESENÇA DO EXECUTIVO: Por parte do Executivo estiveram presentes nesta reunião o Presidente da Câmara, José Ribau Esteves e os Vereadores Fernando Caçoilo, José Vaz, Beatriz Martins, Paulo Costa e Ana Bastos. Esteve ausente o Vereador Marcos Ré.-----

--

FALTAS: -----

Paulo Nordeste, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por se encontrar ausente do Município. Por esse motivo é substituído, pelo que se lhe segue na lista Sofia Senos. -Paulo Trincão, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por se encontrar ausente do Município. Por esse motivo é substituído, pelo que se lhe segue na lista Sérgio Lopes. -----

--

Rufino Filipe, Presidente de Junta de Freguesia de São Salvador, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por se encontrar ausente do Município. Por esse motivo é substituído pelo membro da Junta de Freguesia, Lílíana Estima. -----

Eduardo Conde, Presidente de Junta de Freguesia da Gafanha da Encarnação, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por se encontrar ausente do Município. Por esse motivo é substituído pelo membro da Junta de Freguesia, Alcibíades Fernandes. -----

Uma vez declarada aberta a reunião pelo Presidente da Mesa, procedeu-se de imediato à chamada dos membros deste órgão, tendo-se verificado a falta justificada do membro Mariana Franco e a presença de: António Neves Vieira, Carlos Sarabando, Sofia Senos, Maria do Rosário Silva, António Flor Agostinho, António Pedro Martins, Mário Júlio Ramos, Maria de Lurdes Vieira, Daniel Tavares, Pedro Parracho, António Pinho, Sérgio Lopes, Eduardo Arvins, Amantino Caçoilo, Hugo Coelho, Jorge São Marcos, Maria de Fátima Bola, José Alberto Loureiro, Júlio Barreirinha, Lílíana Estima, Manuel Serra, Domingos Vilarinho

e Alcibiades Fernandes. -----

A reunião teve início às 21H00. -----

Ponto 1 - Apreciação e Votação da Proposta de alteração aos Regulamentos Internos dos Cais de Pescadores da Costa Nova e Mota; -----

A Mesa da Assembleia informou que as votações dos Regulamentos em discussão seriam efetuadas separadamente. -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento, tendo este dado de imediato a palavra ao Vereador Paulo Costa: -----

1ª INTERVENÇÃO DO VEREADOR PAULO COSTA: Começa por dizer que o Cais dos Pescadores da Costa Nova sofreu recentemente obras de qualificação, realçando as intervenções ao nível de dragagem e de arranjo geral nos arrumos, bem como aquelas que influenciam a estrutura do cais, tais como a

construção da rampa de manobras e a colocação de portões de acesso aos trapichos do Cais. Como tal, houve necessidade de adequar estas alterações ao regulamento. -----

Destaca uma alteração comum aos dois regulamentos, que é a proibição da utilização dos arrumos para fins para os quais não estão destinados ou definidos no regulamento, bem como as respetivas sanções. Diz mais que embora haja necessidade de manutenção dos Cais, as taxas foram mantidas sem qualquer alteração àqueles que são pescadores e aumentado as taxas àqueles que apenas têm embarcações de recreio. Finaliza dizendo que a receita obtida dessas taxas permitirá contribuir para a manutenção necessária dos mesmos. -----

O Presidente da Assembleia deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

FLOR AGOSTINHO: Congratula-se por verificar a aplicação de medidas que contribuam para o aumento da qualidade daqueles que utilizam tanto o cais da Costa Nova como o cais da Mota-----

Concorda com as alterações apresentadas, visto que permitirão acabar com as irregularidades ocorridas que não se encontravam previstas no anterior Regulamento. -----

Pelo Presidente da Mesa foi dada a palavra ao Vereador Paulo Costa para responder às citadas questões: -----

2ª INTERVENÇÃO DO VEREADOR PAULO COSTA (RESPOSTA AOS MEMBROS): Demonstra mais uma vez que a obra em causa, avançou no momento oportuno, aproveitando a oportunidade do uso de Fundos Comunitários. -----

O Presidente da Assembleia deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que não havendo inscrições procedeu-se às votações. -----

VOTAÇÃO: Submetido a votação, foi deliberado por unanimidade aprovar o **Regulamento Interno do cais de Pescadores da Costa Nova**. Para efeitos imediatos, esta deliberação foi aprovada em minuta. -----

VOTAÇÃO: Submetido a votação, foi deliberado por unanimidade aprovar **Regulamento Interno do cais de Pescadores da Mota**. Para efeitos imediatos, esta deliberação foi aprovada em minuta. -----

Ponto 2 - Apreciação e Votação da Proposta da Nova Estrutura Orgânica da Câmara Municipal de Ílhavo (aplicação da Lei n.º49/2012 de 29 de agosto); -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: -----

1ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: Sumariamente explica os considerandos da proposta apresentada dizendo que a Lei n.º49/2012 de 29 de agosto é dispensável à realidade de Ílhavo, visto que existe uma estrutura muito verticalizada havendo poucas chefias. -----

Assim, no caso da Câmara Municipal de Ílhavo existem oito chefias, das quais sete são de 2.º grau e uma de 3.º grau onde a única diferença está no vencimento. Assim optou-se por dar chefia à divisão de educação e desporto que estava desprovida da mesma e que será de 3.º grau. -----

Indica que após a entrada em vigor do diploma serão abertos concursos para as chefias que se encontram em regime de substituição, bem como para a nova chefia aplicando a lei. Acrescenta que não serão abertos concursos para os Diretores de Departamento. -----

Finaliza dizendo que a Lei pouco alterará a estrutura já existente de Ílhavo, comprovando que a gestão já aplicada tem sido a correta em níveis de eficácia e eficiência. -----

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

FLOR AGOSTINHO: Constata que a proposta apresentada é uma vivência, uma realidade de que a Câmara tem sido bem gerida de acordo com os modelos que tem vindo a adoptar. -----

Considera importante a criação de Chefia nas áreas de desporto e educação, visto que têm sido áreas de grande atuação por parte do executivo em funções. -----

Termina dizendo que esta atitude demonstra a aplicação das boas práticas administrativas. -----

O Presidente da Assembleia deu a palavra aos elementos da mesma e ao Presidente da Câmara para as intervenções habituais, pelo que não havendo inscrições procedeu-se à discussão do ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

VOTAÇÃO: Submetido a votação, foi deliberado por unanimidade aprovar o mesmo. Para efeitos imediatos, esta deliberação foi aprovada em minuta. -----

Ponto 3 - Apreciação e Votação das Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal para o ano 2013; -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: -----

1ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: Realça aspetos de maior relevância, nomeadamente no que diz respeito à dimensão financeira, por força das condições de gestão de receita, em que se optou por baixar o orçamento em 18% e o plano, na dimensão de investimento, em 26% em termos de comparação com os valores iniciais da proposta do Plano e Orçamento que ainda se executa em 2012. ----

Os motivos derivam da redução da receita, nomeadamente os Fundos Comunitários, principalmente fonte do investimento realizado. Assim, para o ano 2013, há apenas 3,5 milhões de investimento de obras financiadas por fundos comunitários, o que significa que este é aplicado na direta proporção do investimento, o que traduz menos receita de outras fontes para a locar ao financiamento da contratação nacional dos investimentos financiados pelos Fundos Comunitários. Explica que com essa receita se fica com disponibilidade para executar algumas obras de pequena dimensão financeira, dando como exemplo a via de acesso ao Parque de Ciência e Inovação. -----

Num ano em que a dimensão financeira do investimento comparada com anos anteriores é considerável, visto que há investimento relevante, na medida em que a despesa de funcionamento fica abaixo 43,9%. ----
--

Considera que é prioritária as políticas ligadas à educação, seguidas daquelas nas áreas da ação social, juventude e turismo, contribuindo para o desenvolvimento e crescimento do município. -----
--

O Presidente da Assembleia deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

ANTÓNIO PINHO: Compreende que há particularidades do município que se devem destacar, nomeadamente o uso da bicicleta comparando este hábito local à cultura da bicicleta na Holanda. Realça a opção em atrair investimento privado e parcerias com os privados contribuindo para o desenvolvimento do município. -----

FLOR AGOSTINHO: Considera que o crédito é importante para financiar a economia do país e das famílias, bem como dos Fundos Comunitários. Por isso, entende que o Orçamento apresentado permitirá que a Câmara tenha condições de criar investimento em diferentes projetos, nomeadamente através de parcerias com privados. -----

Conclui que as Grande Opções do Plano apresentadas são realistas porque se adaptam à nova realidade do não acesso a Fundos Comunitários, paralelo ao investimento contínuo a favor do desenvolvimento do município, demonstrando a correta e boa gestão levada a cabo ao longo destes anos do executivo liderado pelo Presidente da Câmara José Ribau Esteves. -----

MÁRIO JÚLIO: Realça que pode haver investimentos pequenos, mas de grande impacto no desenvolvimento do município e por isso o conjunto de ações descritas no orçamento apresentado vão ao encontro do que se tem vindo a desenvolver em Ílhavo. -----

JORGE SÃO MARCOS: Considera que o corte de receitas e todas as dificuldades atuais são comuns a todos os serviços da administração pública. Por isso, entende que se devam fazer cortes no orçamento. Solicita esclarecimentos sobre o acerto de contas com a venda de terrenos. -----
--

PEDRO MARTINS: Considera que houve bons investimentos no município, exemplificando como exemplo a obra do Museu, no entanto reitera que há áreas de grande importância que continuam carentes, tais como a ação social. -----

Em relação às taxas de IMI, entende que continua a haver margem para baixar as receitas apoiando as famílias nesta fase mais complicada do país. censura o facto de a Câmara Municipal perante o panorama

atual não responder aos apelos das freguesias ou pessoas aplicando-lhes taxas altas. -----
----**JOSÉ LOUREIRO:** Solicita esclarecimentos sobre a situação dos valores de referência dos terrenos no Orçamento. -----

Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----

-----**2ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS):** Começa por explicar que a realidade de 2013 é ano de gestão de tesouraria e não de gestão orçamental como em anos anteriores após aplicação da Lei dos Compromissos. -----

Realça que é fundamental a procura de investidores que proporcionem a criação de emprego. É sua intenção que obras de grande relevância se destaquem em 2013, nomeadamente o Parque de Ciência e Inovação. -----

Responde aos membros José Loureiro e Jorge São Marcos dizendo que nenhum terreno foi vendido em 2012 e como tal a avaliação dos terrenos para venda é a mesma; sabendo que o mercado atual os valorizará menos do que anteriormente e essa é a dificuldade de gestão atual. -----
--

Reitera que as taxas do IMI aos munícipes não são o motivo da elevada carga fiscal aplicada às famílias, mas outros tais como o IRS. -----

Destaca que a Câmara Municipal sempre apoiou os munícipes nas áreas da educação e ação social, através do apoio às associações de pais, ipss's e quem mais necessita, através do Fundo Municipal de Apoio ao Indivíduo e Famílias Carenciadas. -----

Finaliza que 2013 é ano de continuidade na gestão de rigor e contenção. -----

O Presidente da Assembleia deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

2ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

JOSÉ LOUREIRO: Sabendo que muitas associações ainda não assinaram o acordo de cooperação com a Câmara Municipal, solicita esclarecimentos. -----

----**PEDRO MARTINS:** Considera que estando prevista a assinatura dos acordos de cooperação com as associações no final do ano que não é correto, indicando existir associações que lamentam esta situação. Considera o aumento de impostos e taxas bastante elevado e penoso para a população. -----
--

JORGE SÃO MARCOS: Lamenta que os partidos políticos com expressão nacional não colaborem a favor do bem do país, permitindo a recuperação económica e social e favor do seu desenvolvimento. -----
--

FLOR AGOSTINHO: Refere que é seu entendimento que as direções das associações terão de mudar de mentalidades em relação à gestão dessas associações, visto que não poderão estar dependentes

exclusivamente dos apoios das autarquias e sim terão de criar condições de autonomia. -----

Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----

3ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): Explica que os apoios às associações ainda não foram disponibilizados porque após a entrada em vigor da lei de Compromissos foi necessário aguardar para honrar todos os compromissos assumidos corretamente, tornando a gestão da autarquia estável. Explica ainda que através da colaboração com a Câmara Municipal, as associações conseguem retirar rendimentos a favor da sua associação, nomeadamente na participação do Festival do bacalhau, entre outros. -----

VOTAÇÃO: Submetido a votação, foi aprovado por maioria com dezasseis (16 PSD) votos a favor, quatro (3 PS e 1 CDU) votos contra e três abstenções dos membros António Pinho, Jorge São Marcos e Domingos Vilarinho. Para efeitos imediatos esta deliberação foi aprovada em minuta. -----

DECLARAÇÃO DE VOTO: -----

"As Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município de Ílhavo para 2013 apresentadas a esta Assembleia Municipal refletem o ajustamento económico e financeiro a que está sujeito o Estado Português (administração central, regional e local), as empresas e a esmagadora maioria das famílias portuguesas e quanto a isso nada a dizer, pelo contrário, o PS sempre alertou para o excesso de despesas,

fundamentalmente, o excesso de endividamento a que chegou o Município de Ílhavo. -----

Não é o corte em alguns dos valores deste orçamento que se censura (exemplo, a previsão de receita com a venda de terrenos passa de valores à volta de 7 milhões de euros para valores de 3 milhões de euros). --
--

Não é a mão mais contida no risco e na avaliação do futuro próximo que se censura. -----

O que se censura é o facto desta Câmara Municipal de Ílhavo ter chegado a este momento de emergência nacional e local sem poder responder cabalmente às exigências e às angústias das freguesias, das associações, dos cidadãos. -----

Não é o investimento em obras com financiamento garantido do QREN que se contesta, apesar de fundadas dúvidas quanto à mais valia que isso possa representar para as populações, designadamente, quanto às obras num contexto regional talvez merecessem outro enquadramento, uma conjugação de esforços e um planeamento a um nível supra municipal (exemplo, é tempo de se apostar simultaneamente em três equipamentos de índole cultural, num mesmo ano, num mesmo município). -----

Mas nem é isso que nos importuna. -----

O que se censura é o tempo e o modo de certos investimentos, de pendor marcadamente eleitoralista que, lamentavelmente, não foram realizados em anos de maior abundância, tendo ficado para agora: a chamada obra de "pequena dimensão", obras eternamente esquecidas e adiadas e, por artes de magia, previstas fazer em 2013. -----

A obra que permite o croquete e o rissol; a festa e o foguetório! -----

Não se censuram os previstos perdões de taxas para atrair investimento privado. -----

Mas censura-se fortemente o máximo esforço fiscal exigido aos cidadãos do Município de Ílhavo, sem apelo nem agravo (exemplo: a manutenção das taxas de IMI, em valores próximos do máximo, e a não devolução duma parte do IRS, possível por Lei). -----

Censura-se a atitude de mão pesada para os pequenos, por contraponto às mãos largas para os grandes.
-

Não se percebe que 2013 será ainda pior que 2012, isto a avaliar pela manutenção, em montantes reduzidos, das verbas, por exemplo, para os protocolos com as IPSS ou para as bolsas de estudo. -----
--

Face ao que acima se deixa dito, os membros da Assembleia Municipal de Ílhavo do Partido Socialista votam contra as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2013 do Município de Ílhavo. -----

Ílhavo, 12 de dezembro de 2012 -----

---Ass) Os Membros da Assembleia Municipal de Ílhavo do Partido Socialista." -----

Ponto 4 - Apreciação e Votação da autorização prévia e autorização prévia genérica no âmbito da Lei dos Compromissos; -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: -----

1ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: Explica que o documento é um dos novos procedimentos a adotar para cumprir em pleno a lei dos Compromissos que tem aplicações genéricas e outras muito objetivas tal como a proposta apresentada, sendo um instrumento fundamental e administrativo para executar o plano e orçamento e realizar serviços essenciais, tais como o transporte e refeições escolares. -----

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

PEDRO MARTINS: Entende que o documento apresentado colide com o princípio da autonomia local e mesmo sendo um procedimento legal e administrativo, como oposição responsável votará contra. -----
--

FLOR AGOSTINHO: Consta que o documento apresentado é um procedimento administrativo, mas que há salvaguardas perante a Assembleia Municipal sobre as autorizações a conceder, bem como datas definidas para apresentar os resultados aos membros da Assembleia. -----

Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----

2ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): Agradece a intervenção do membro Flor Agostinho por explicar o que está em causa com procedimento administrativo, explicando

que se este documento não for aprovado não poderão realizar projetos essenciais à população como o saneamento previsto para a Gafanha da Nazaré, os transportes e refeições escolares, entre outros. -----

VOTAÇÃO: Submetido a votação, foi aprovado por maioria com dezassete (16 PSD + 1 CDS/PP) votos a favor, quatro (3 PS e 1 CDU) votos contra e duas abstenções dos membros Jorge São Marcos e Domingos Vilarinho. Para efeitos imediatos esta deliberação foi aprovada em minuta. -----

Ponto 5 - Apreciação e Votação da Segunda Revisão das Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Ílhavo para 2012; -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento, o qual prescinde por anteriormente já ter prestado esclarecimentos: -----

O Presidente da Assembleia deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que não havendo inscrições procedeu-se à respetiva. -----

VOTAÇÃO: Submetido a votação, foi deliberado por unanimidade aprovar o mesmo. Para efeitos imediatos, esta deliberação foi aprovada em minuta. -----

O Presidente da Mesa informou que terminada a discussão da Ordem do Dia e como não havia público para intervir, deu por finda a reunião pelas 23H40 do dia. -----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que eu, Carlos Sarabando, 1º Secretário, redigi, subscrevi e assinei conjuntamente com o Sr. Presidente da Mesa. -----

O Presidente da Mesa _____

O 1º Secretário _____

ESTA ATA FOI APROVADA POR _____ NA REUNIÃO REALIZADA NO DIA __/__/13.